TRE-RJ inicia ano eleitoral com novo comando



Na presidência do TRE-RJ desde dois de dezembro, o desembargador Bernardo Garcez Neto comandará as próximas eleições gerais no estado. O desembargador permanecerá na Presidência do Tribunal até 17 de fevereiro de 2015, quando terá 33 anos de magistratura. No âmbito eleitoral, ele foi juiz titular em Duque de Caxias, entre 1984 e 1989, e membro do TRE-RJ no biênio de 1996-1998, na classe de juiz estadual, mandato em que exerceu a função de corregedor regional eleitoral.

No Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), Bernardo Garcez Neto é desembargador desde 2001 e atualmente preside a 10ª Câmara Cível. Por dois mandatos, foi eleito membro suplente do Órgão Especial, além de ter exercido mandato de membro titular no biênio de 2011-2013. Antes de ingressar na magistratura, em 1982, atuou no Ministério Público, na advocacia e no jornalismo. Na solenidade de posse, o desembargador reiterou que privilegiará a função primordial do tribunal, que é julgar, e anunciou medidas de austeridade e transparência nas despesas.

Tema sensível em todas as eleições, a propaganda eleitoral antecipada também foi alvo da atenção no início da gestão do novo presidente, que determinou a realização da primeira reunião para orientar os juízes da fiscalização de todo o estado. Esses magistrados têm atribuição de poder de polícia, tomando a iniciativa de mandar notificar candidatos e retirar a propaganda irregular. O exercício rápido e firme desse poder de polícia busca garantir a igualdade e o equilíbrio na disputa eleitoral, inibindo abusos nos gastos com propaganda.

Os ilícitos praticados na campanha eleitoral são

julgados por uma comissão especifica, designada pelo presidente e formada pelos desembargadores Wagner Cinelli de Paula Freitas e Horácio dos Santos Ribeiro, além do juiz Alexandre Chini Neto. Nos 92 municípios fluminenses há um juiz da fiscalização da propaganda. Nas cidades com mais de uma zona eleitoral, o presidente do TRE-RJ nomeia o juiz responsável por exercer a função. Na reunião de fevereiro, a orientação foi de que todos tivessem atenção com adesivos colocados em carros, além de faixas e outdoors com mensagens comemorativas, usadas por potenciais candidatos para promover seu nome e imagem.

Para combater a propaganda antecipada, o TRE-RJ conta ainda com a participação da população, que pode registrar as queixas no sistema e-Denúncia, na página do tribunal na internet (www.tre-rj.jus.br). Somente até o final de fevereiro, o TRE-RJ havia recebido 75 denúncias de propaganda antecipada. O sistema permite que os denunciantes acompanhem o andamento das reclamações, que são submetidas ao juiz eleitoral responsável pela fiscalização no município onde ocorreu a irregularidade.



O Presidente do TRE-RJ, Desembargador Bernardo Garcez, utilizará a experiência acumulada na Justiça Eleitoral para conduzir as Eleições de 2014.

Vice-Presidência

O vice-presidente do TRE-RJ, desembargador Edson Aguiar de Vasconcelos, tomou posse em 2 de dezembro, na mesma solenidade em que o desembargador Bernardo Garcez Neto assumiu a Presidência. Suplente da Corte no biênio 2011-13, ele exercerá mandato como membro efetivo até dezembro de 2015. Desembargador do TJ-RJ desde 2002, ele atualmente integra a 17ª Câmara Cível. Com experiência no magistério superior, o desembargador Edson Vasconcelos é professor, há 26 anos, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), onde também foi vice-diretor. Atuou como diretor-suplente da Escola Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura (Copedem).



O Vice-Presidente, Desembargador Edson Aguiar de Vasconcelos, traz a excelência do magistério superior para colaborar no sucesso das eleições.

Corregedoria Regional Eleitoral

O corregedor regional eleitoral do Rio de Janeiro, juiz Alexandre Mesquita, é membro efetivo do Colegiado do Tribunal desde fevereiro de 2013 e assumiu a Corregedoria em abril de 2013. Ingressou na magistratura estadual em 1994, atuando em diversas comarcas do interior do Estado e na Capital. Desde dezembro de 2012 é o titular da 3ª Vara da Fazenda Pública. Com experiência no magistério superior, o juiz Alexandre Mesquita é expositor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj) há 20 anos. ■



Presidente do TSE vai deixar base das Eleições 2014 montada até maio

Eleito presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela terceira vez, na sessão do dia 8 de novembro, o ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello anunciou a diretriz da breve gestão de pouco menos de seis meses. “A meta é entregar ao próximo presidente as Eleições 2014 organizadas”, estabeleceu o ministro, que deixará o Tribunal com o encerramento, em 13 de maio, do segundo mandato consecutivo como membro efetivo da Corte. Na mesma sessão, o ministro Antonio Dias Toffoli foi eleito vice-presidente do TSE.



TSE divulgação

Na solenidade de posse, em 19 de novembro, o ministro Marco Aurélio Mello se valeu da experiência para convocar os eleitores a expressarem nas urnas “o que desejam para o futuro da Nação”. Ele condenou a apatia e a acomodação, classificando de “superada” a noção de que a solução dos problemas brasileiros não depende do povo, mas somente dos governos. “Urge sair do marasmo, participar com responsabilidade e assumir o papel reservado a cada um de nós. Que os brasileiros entendam quanto vale cada voto: vale o Brasil inteiro”, discursou.

A violência nas recentes manifestações de rua no país mereceu críticas do ministro. Após ressaltar que a urna é “o lugar de protesto social por excelência”, Marco Aurélio Mello considerou que seria descabido apoiar “a bandalheira, o quebra-quebra dos encapuzados, o enfrentamento às autoridades”. A paralisação das atividades e o fechamento de vias públicas seriam ainda ineficazes, quando comparados ao voto, instrumento real de modificação da realidade social e política. “A vontade do povo é soberana, mas deve ser depositada nas urnas e não incendiada nas lixeiras das ruas”, argumentou.

O presidente do TSE lamentou ainda que o descaso com a coisa pública e o desvio de finalidade no exercício do mandato eletivo “ainda sejam corriqueiros”. Além de viabilizar as eleições, a Justiça Eleitoral teria a tarefa ininterrupta, não apenas em períodos eleitorais, de estar atenta à conduta dos candidatos e ocupantes de cargos públicos eletivos. “Cabe à Justiça Eleitoral zelar pela correção dos procedimentos anteriores à disputa e afastar os que, mesmo tendo obtido o mandato, transgrediram a ordem jurídica”, destacou. “Porém, nada é mais efetivo no combate aos desvios que a vigilância do eleitor”, prescreveu o ministro.

Ministro do Supremo Tribunal Federal desde junho de 1990, Marco Aurélio Mello presidiu o Tribunal Superior Eleitoral na primeira experiência nacional com as urnas eletrônicas, nas eleições municipais de 1996. Ocupou novamente a Presidência do TSE no biênio 2006-2008, quando comandou as eleições gerais de 2006. Desde 19 de novembro de 2013, ele se tornou o único ministro a exercer por três vezes a Presidência do TSE, fato que atribuiu aos “desígnios insondáveis” da vida. “O destino me reservou essa volta ao Tribunal”, disse.

Nascido no Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1946, Marco Aurélio Mello foi presidente do Supremo Tribunal Federal no biênio 2001-2003. Há 23 anos no cargo de ministro do STF, ele foi membro do Ministério Público do Trabalho, juiz do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região e ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), de setembro de 1981 a junho de 1990. ■

Portal do TRE-RJ
facilita acesso às informações sobre as Eleições 2014

Meio ágil de acesso a informações sobre o pleito de outubro deste ano, o Portal das Eleições 2014 está no ar desde 28 de janeiro, hospedado na página principal do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro na internet (www.tre-rj.jus.br). Relação de candidatos, orientações para regularizar o título de eleitor, resoluções aprovadas pelo Tribunal Superior Eleitoral e a distribuição do horário eleitoral gratuito estão entre os dados que podem ser consultados ao longo do processo eleitoral.

O conteúdo disponibilizado na abertura do portal foi selecionado com base na experiência e nas pesquisas de satisfação do cliente externo, elaboradas pelo Tribunal. "Identificamos que a data da eleição e a lista de candidatos eram demandas recorrentes", explica o chefe da seção de internet e intranet (Seinte), Alberto Araújo. Outra dúvida frequente dos eleitores diz respeito ao resultado das pesquisas de intenção de voto. "Estudamos uma forma de explicar que esse resultado não é nossa responsabilidade, pois a Justiça Eleitoral fornece apenas dados do registro dessas pesquisas", diz Araújo.

Na versão deste ano, foi abandonado o conceito de uma página eletrônica independente, que abriria fora do portal institucional, a exemplo do que ocorreu em 2012. "Os usuários têm maior uniformidade na navegação e de identidade, com a página eletrônica disponível numa área do Portal do TRE-RJ", explica Alberto Araújo. Além disso, a insistência na página autônoma traria problemas operacionais. "Foi uma experiência, mas que não atingiu completamente os objetivos esperados. No modelo atual, as informações ficam num mesmo diretório, o que facilita o trabalho", justifica.

Apenas no primeiro mês deste ano, o Portal do TRE-RJ superou 1 milhão e 400 mil visualizações. No mesmo período, em 2012, houve 735 mil visitas, praticamente a metade do número registrado neste ano. "É um alcance que a gente nem imagina", diz o secretário de tecnologia da informação André Sant'Anna. Por isso, a gestão do portal institucional é uma atribuição que exige muito cuidado. "É preciso garantir que os dados estejam sempre atualizados. Basta um endereço errado para causar transtornos aos usuários", exemplifica.

A maior parte dos conteúdos que vão alimentar o Portal das Eleições 2014 foi decidida de forma descentralizada. As diversas unidades do TRE-RJ encaminharam sugestões das informações que deveriam constar na página eletrônica, como previa o Plano Integrado das Eleições (PIE). No dia 4 de outubro de 2013, as sugestões foram compiladas e repassadas à Secretaria de Tecnologia da Informação, responsável por filtrar as sugestões e construir as duas versões do portal, endereçadas aos públicos externo e interno. A etapa seguinte foi a aprovação pela Presidência do Tribunal.

A iniciativa de integrar as unidades do Tribunal na construção do portal procura assegurar a qualidade na prestação de serviços num canal de comunicação cada vez mais exigido. Em 2012, com as eleições municipais, o número de visualizações do portal institucional atingiu 19 milhões. No ano passado, os 17 milhões de acessos surpreenderam, pois foi um ano sem eleições. A expectativa é que as visitas dobrem em 2014, com as eleições gerais em outubro. "Isso serve de motivação, pois mostra que a nossa página na internet tem sido útil aos usuários", alegra-se Alberto Araújo.

A versão para o público interno é uma ferramenta de trabalho, que ficará disponível na intranet. Os conteúdos, portanto, serão muito diferentes, com foco em temas como esclarecimentos aos servidores, orientações sobre suprimentos de fundos e material distribuído aos Pólos de Carga e Armazenamento de Urnas. "É um outro conceito do portal, construído para estreitar a comunicação entre as unidades da sede do tribunal e as 249 zonas eleitorais fluminenses", define Araújo. ■





As versões da internet e da intranet do portal das Eleições 2014 apresentam funcionalidades diferentes para os públicos também diversos de eleitores e servidores.